

DO HOSPITAL ESPIRITA “ALLAN KARDEC” À FUNDAÇÃO ALLAN KARDEC: REGISTROS HISTÓRICOS RELEVANTES

*Santa Maria Melo**

*José Alberto da Costa Machado***

*Orlens da Silva Melo****

Introdução

A Fundação Allan Kardec (FAK), hoje prestando grandes serviços para a população manauara sob a chancela do Espiritismo e já contando com 32 anos de existência, teve sua origem em tempos mais recuados ainda, com o surgimento do Hospital Espírita “Allan Kardec”, uma iniciativa da Federação Espírita Amazonense (FEA).

Este trabalho se propõe trazer à tona fatos relevantes que assinalaram o trânsito desse hospital, administrado pelo órgão de unificação do Espiritismo no Amazonas, até o advento da Fundação Allan Kardec (FAK), uma entidade administrativa autônoma criada, em seu início, para administrar o referido hospital.

A pesquisa baseou-se, essencialmente, na análise, de todas as atas e relatórios da FEA e FAK, do período de 1950-1980, que foram encontradas nos arquivos consultados dessas entidades. Trata-se, pois, de uma contribuição inicial singela visando a estimular outros a aprofundarem esses momentos heróicos do Movimento Espírita Amazonense.

1 Contexto Histórico de Manaus

No período áureo da borracha, Manaus passou por grandes transformações, tendo sido considerada altamente promissora, farta e opulenta como registra SANTOS (2007, p.194).

Um dos sinais mais visíveis da transformação da região, foi a mudança de Manaus, de uma sonolenta vila em uma cidade cosmopolita, que, nos áureos dias de 1910, ‘era pomposa, romântica, falaz, e sem destino’. Pode-se, ainda, reconhecer, nas suntuosas edificações que serviam de residências dos barões da borracha, a afluência de parte do capital. Exemplo típico é o do prédio monumental do atual Centro Cultural Palácio do Rio Negro, outrora mansão governamental, que foi a residência de um dos mais prósperos comerciantes da borracha, Waldemar Scholz.

Porém, após o colapso da economia gomífera, a cidade ficou envolvida por um marasmo econômico social que se prolongaria até a década de 40. Efeitos dessa situação são registrados em SANTOS (2007, p. 195):

A crise da economia da borracha, conforme Sena da Costa, se fez presente em todos os setores da vida urbana e da rural: na cidade de Manaus, por exemplo, causou desemprego nos vários ramos de serviços, gerando como uma de suas consequências, a inadimplência nos contratos de aluguéis. Esse fato promoveu o deslocamento desse inquilinato, uma parte saiu do centro para o subúrbio, enquanto que a outra retornou à sua terra de origem, esvaziando a cidade completamente. Na zona rural, a crise provocou um movimento demográfico no sentido contrário ao que ocorreu nos momentos de *rush* da economia da borracha.

* Trabalhadora da Diretoria de Acolhimento da Fundação Allan Kardec

** Presidente do Conselho de Representantes da Fundação Allan Kardec

*** Presidente da Diretoria Colegiada da Fundação Allan Kardec

Esse contingente de trabalhadores dos seringais e de outros pontos do interior do Estado, buscando alternativas de melhores condições de vida aos poucos a partir de 1920, foram construindo a chamada *Cidade Flutuante*, a qual se consolidou na década de 1960. Esse aglomerado 'urbano' formava uma verdadeira favela fluvial, no porto de Manaus.

Nos anos 40, em razão da demanda de borracha para suprir as forças aliadas durante a segunda guerra mundial²⁸, a Amazônia toda e, consequentemente Manaus, voltaram a experimentar um inesperado dinamismo. Porém, logo após o encerramento da guerra, no início da década de 50, Manaus passava a vivenciar um período de estagnação econômico-social devastador, atravessando crises de desemprego; grande enchente (1953) que obrigou dezenas de milhares de ribeirinhos a migrarem para Manaus; falta crônica de energia elétrica que só foi normalizada em 1962, com a conclusão e instalação da Usina Termelétrica de Manaus; sistema de saúde pública precária, que levou o Dr. Carlos Frederico Araújo da Silva, Médico Chefe do Serviço de Socorro de Urgência, a registrar que no ano de 1953, foram atendidas 397 pessoas mordidas por cães na via pública (Santos, 2007).

Mas é também no início dessa década que se registram eventos que, mais tarde, mudariam o cenário de Manaus, tanto economicamente quanto em relação ao Movimento Espírita.

Em relação à questão econômica registra Garcia (2004, p. 35):

Em 23 de outubro de 1951, Francisco Pereira da Silva apresentou à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 1.310, criando o Porto Franco de Manaus, [...] Com o porto franco, justificou o deputado, "melhoraremos as condições de abastecimento de toda a bacia amazônica e faremos às repúblicas limítrofes um memorável gesto de boa vizinhança".

Depois de tramitar seis anos no Congresso Nacional, o projeto foi finalmente aprovado, dando origem à Lei n. 3.173, que instituiu a primitiva Zona Franca de Manaus, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, no dia 6 de junho 1957, e publicada no Diário Oficial da União no dia 12 do mesmo mês. Infelizmente, os incentivos estabelecidos na lei não se revelaram suficientes para atrair investidores e a iniciativa não atingiu os seus objetivos. Porém, estava lançado o embrião que, reformado em 1967, transformar-se-ia na grande alavanca do desenvolvimento do Amazonas.

Em relação ao Movimento Espírita, MACHADO (2009, p.69) considera que os anos 1950-78, representaram o "recomeço e fortalecimento dos vínculos nacionais", em razão do contato mais intenso que os espíritas do Amazonas passaram a ter com o dinamismo no âmbito nacional, representado pela avalanche de livros psicografados por Francisco Cândido Xavier, Zilda Gama, Ivone Pereira e outros, como também, pelos esforços de unificação que culminaram com a celebração do Pacto Áureo da Confraternização Geral dos Espíritas do Brasil, ou apenas Pacto Áureo, em 1949. É que, embalados por esses fatos, dedicados trabalhadores espíritas organizaram a chamada Caravana da Fraternidade (Machado, 1954):

²⁸ O acesso aos seringais plantados da Ásia foram bloqueados para os aliados e eles não tiveram outra alternativa a não ser buscar os seringais nativos da Amazônia.

[...] com o propósito de visitar todos os Estados do Norte. Principalmente os Estados que ainda não tinham se decidido sobre o Pacto Áureo de 5 de outubro de 1949 [...]

[...] Leopoldo Machado e Luiz Burgos Filho foram a Manaus²⁹, [...] Em todas as cidades, a Caravana procedeu da maneira seguinte: (I) Conferências culturais para o grande público, que atraíram verdadeiras multidões a elas, tarefa quase que da responsabilidade do prof. Leopoldo Machado; (II) Reuniões de mesa-redonda para reajustamento de pontos de vista de choque, das quais o ideal da unificação sempre saiu vitorioso, por isso que de todas elas foram lavradas as respectivas atas; (III) Visitas de estímulo às instituições espíritas de assistência social; (IV) Programas sociais, organizados pelos irmãos visitados.

A partir desse momento, informa MACHADO (2009, p. 69), o Movimento Espírita Amazonense começou a dinamizar-se de forma impressionante. Durante a década de 50, foram fundadas várias instituições e grupos de estudos da doutrina, muitos dos quais continuam ativos, como: Centro Espírita O Bom Samaritano, Centro Espírita Galileu, Sociedade Espírita Jesus, José e Maria, Sociedade Espírita Morada de Jesus, Centro Espírita Tomas de Aquino, Centro Espírita Allan Kardec, entre outros.

É também no início dessa década que vem à tona a iniciativa da FEA de construir o Hospital Espírita “Allan Kardec”.

2- A doação do terreno e a pedra fundamental do Hospital Espírita “Allan Kardec”

Nesse contexto histórico é que foi feita a doação de terras do patrimônio Municipal, para a construção do hospital. A Câmara Municipal de Manaus aprovou a Lei nº. 283, que foi sancionada em 28/08/1950 pelo Prefeito Raimundo Chaves Ribeiro (1947-1951), constando no seu primeiro artigo:

Fica a Prefeitura Municipal de Manaus, autorizada a doar à Federação Espírita Amazonense, um lote de terras do Patrimônio do Município, com cento e oito metros de frente e duzentos metros de fundos, junto à área de terras do Asilo de Mendicidade ‘Dr. Thomas’, a Estrada de São João³⁰, desta cidade, destinando-se o mesmo lote a instalações hospitalares desta Federação.

Em 05/02/1951, o Prefeito Walter Scott da Silva Rayol, (1951-1951) determina à Procuradoria da Fazenda Municipal que faça lavrar Escritura de Doação à Federação Espírita Amazonense, providenciada efetivada em 29 de março de 1951. Por razões desconhecidas, a escritura manteve as mesmas medidas, mas a área registrada foi 14.600 m², em vez de 21.600 m² como seria o certo.

Presidia a FEA, à época, o Sr. Marcelino Queiroz, cuja gestão havia iniciado em 1946 e prosseguiu até 1961.

Quase três anos após, no dia 04/10/1953, às 10 horas, foi lançada a Pedra Fundamental do Hospital Espírita “Allan Kardec”. Esse fato representou um acontecimento marcante na história do Movimento Espírita Amazonense, pois,

29 Com exceção de Lins de Vasconcelos que retornou de Recife, os demais integrantes foram até Belém do Pará.

30 Outrora Estrada Campos Salles, posteriormente Rua Recife e atualmente Av. Mário Ypiranga Monteiro

naquela manhã solene, compareceram ao evento, além da Diretoria da FEA, autoridades civis e militares e representantes de todas as classes sociais e religiosas. Consta na ata desta solenidade que, após ligeiras palavras, Marcelino Queiroz explanou sobre a finalidade daquela solenidade e convidou o Governador do Amazonas, na época Álvaro Botelho Maia (31/01/1951 – 25/03/1955), *para colocar a urna na pedra fundamental que continha jornal do dia, a relação dos membros, dos funcionários da FEA e a ata do evento*. Infere-se que esta iniciativa deve ter sido realizada para que, no futuro, a urna pudesse ser aberta em um evento comemorativo dando oportunidade de integração entre os trabalhadores da primeira hora – iniciadores da construção – e os da última hora – responsáveis pela finalização da construção.

O comprometimento da FEA fixado em lei motivou de imediato o início da mobilização para a construção do hospital, pois que, já em novembro do mesmo ano, seu projeto (fachada e corte transversal) foi concluído.

3- Décadas de 50 e 60: um silêncio de notícias

Dentro da estrutura organizacional da FEA, os temas relacionados com o hospital ficaram no Departamento de Construção, sob a coordenação da Diretoria Executiva, portanto, sem possuir identidade jurídica própria. Assim sendo, os registros das ações relacionadas à sua edificação deveriam ser encontrados nas atas da Diretoria Executiva e nos relatórios anuais de atividades dessa instituição federativa.

Porém, nos registros referentes às décadas 50 e 60, nada foi possível encontrar além do referido anteriormente³¹, o que impossibilitou pesquisar 20 anos de história dos trabalhadores de primeira hora na construção do Hospital Espírita “Allan Kardec”.

4 Década de 70: registros de dinamismo

MACHADO (2009, p.70) relata que, como decorrência do estreitamento dos contatos entre o Movimento Espírita amazonense e o nacional, referido anteriormente, oradores respeitáveis do centro-sul passaram a visitar Manaus, representantes do movimento estadual passaram a frequentar reuniões do Conselho Federativo Nacional (CFN), livros espíritas idôneos se tornaram mais disponíveis no estado; e assim por diante. No âmbito nacional, as Entidades Federativas Estaduais realizavam estudos sobre o Centro Espírita, dando origem ao texto “A adequação do Centro Espírita para o melhor atendimento de suas finalidades”, sendo que, em novembro de 1977, decidiu-se aprofundar seu estudo por meio do Quarto Ciclo de Reuniões Zonais do CFN, em encontros programados para o ano seguinte, *começando por Manaus*.

Em paralelo a esses fatos, na segunda metade da década de 60, a Amazônia iniciou um vigoroso movimento desenvolvimentista, no âmbito do qual foi criada a Zona Franca de Manaus (ZFM), dinamizando econômica e socialmente o estado e atraindo forte corrente migratória em direção ao Amazonas, especialmente para sua capital. Com essa movimentação vieram trabalhadores espíritas de outros estados e o movimento estadual floresceu intensamente, dando margem a que temas como a “construção do hospital” voltassem a ter registros significativos nas atas e relatórios da FEA.

³¹ O único registro de ata encontrado neste foi o do lançamento da pedra fundamental, citado anteriormente. Ata recuperada da urna aberta tempos depois, quando foi encontrada em meio à construção, em evento, portanto nada comemorativo.

De repente, instala-se uma vigorosa dinamização e a impressão que se tem é a de que tudo o que não se tinha feito desde o lançamento da pedra fundamental, em 1953, começou a ser realizado na década de 70. Percebe-se isso pela movimentação em busca de recursos, pelos convênios revelando protagonismo social, pelos atendimentos ambulatoriais que se intensificaram e pelos serviços assistenciais sociais que começaram a ser estruturados. Nas seções seguintes esses acontecimentos são identificados.

4.1 Movimentos em busca de recursos

Desde a época do surgimento do Espiritismo no Amazonas, muito tem contribuído a sociedade amazonense para com o Movimento Espírita. No caso da construção do Hospital Espírita “Allan Kardec” não foi diferente. Os registros mostram que desde o início da construção inúmeras doações foram recebidas: automóveis, gêneros alimentícios, materiais de construção, camas de ferro tipo campanha e outros. Todas advindas de corações bondosos sensibilizados pelos esforços dos companheiros em prol da construção do hospital. Há registros de doações de Senhoras da Sociedade (Trigueiro, 1976) e de empresas como o Guaraná Magistral (Góes, 1979) e a Brasil Juta (Trigueiro, 1976). Estas doações, quando não tinham aplicação direta na construção, eram vendidas. Este foi o caso da Rural Wyllis, ano 1961, doada ao hospital pela Sra. Maria Eunice Martins da Silva, vendida em 1979 através de uma Concorrência Pública Interna, no valor de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros), pagos parceladamente. A venda ocorreu 5 anos após o recebimento da doação, o que sinalizava as dificuldades enfrentadas para lidar com doações desse tipo.

Como exemplos da generosidade destacam-se apenas alguns registros encontrados nas atas de reuniões da Diretoria da FEA: doação de uma rural (ata de 07/07/1974); doação do Comando Militar da Amazônia (ata de 06/10/1974); doação do Governo Federal no valor de CR\$4.000,00 (quatro mil cruzeiros), sendo CR\$1.000,00 (mil cruzeiros) para aplicação na construção do hospital (ata de 01/09/1974); recebimento do Ministério de Educação e Cultura a importância de Cr\$24.000,00, sendo Cr\$10.000,00 (dez mil cruzeiros) para aplicação na construção do hospital (ata de 19/10/1975); subvenção do Ministério de Educação e Cultura de Cr\$3.000,00 (três mil cruzeiros) para o hospital (ata de 03/04/1977); concorrência pública interna, para venda ou troca da rural Willys, ano 1961, doada ao hospital, por uma Kombi (ata de 20/08/78); doação, pelo comandante do Primeiro Batalhão de Infantaria de Selva, de 50 camas de ferro, tipo campanha, dobrável para o hospital (ata de 20/08/78); venda de rural a Bernardino da Conceição no valor de CR\$8.000,00 (oito mil cruzeiros), a ser paga em parcelas (ata de 04/03/79).

4.2 Convênios e outras iniciativas de protagonismo social

Ao lado das doações que recebia, a FEA buscou apoio solicitando subvenções, conduzindo campanhas de arrecadação de recursos e efetivando convênios para realização de atendimentos ambulatoriais, mesmo com o hospital ainda em construção. Essas iniciativas, pelos entes envolvidos, revelam o amplo espectro de atenções que a construção do hospital atraía e, por consequência, o surpreendente protagonismo social dos dirigentes da instituição.

A título de exemplo, destacam-se alguns registros encontrados nas atas de reuniões da Diretoria da FEA que bem exemplificam essas iniciativas:

a) Expediente manifestando interesse do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) pela construção do hospital e convidando a diretoria da FEA para

conversar a respeito (ata de 02/03/1975), assunto que se desdobrou em reunião com o Presidente da FEA (Alfredo Henrique Trigueiro) e do Secretário Geral (Randolfo Bittencourt), ficando os respectivos dirigentes de enviarem planta do hospital e responderem questionário para estudos posteriores de viabilidade do funcionamento do mesmo (ata de 04/05/1975);

b) Recebimento de uma proposta dos médicos Vivaldo Palma Lima Neto e Pedro Costa Neto, referente a uma parceria para continuar a construção do HAK (reforma do primeiro piso e construção do segundo), em troca do uso restrito dos mesmos por 15 anos. A proposta foi arquivada em razão do caráter comercial apresentado (ata de 04/05/1975);

c) Recebimento do ofício da Prefeitura Municipal de Manaus, propondo a execução das obras do hospital mediante convênio FEA/Funrural/Prefeitura, pelo qual o mesmo ficaria à disposição do poder público por 25 anos. Foi deliberado que seria marcada uma audiência com o Prefeito para a discussão dos detalhes da proposta (ata de 06/07/1975). Sobre o assunto, consta que ficou acertada a ida dos confrades Alfredo Henrique Trigueiro (Presidente) e Carlos Alberto Tinôco (Engenheiro) à Prefeitura para um possível entendimento com o Prefeito (ata de 19/10/1975);

d) Análise de campanhas em prol da construção do hospital, desenvolvidas pela juventude espírita, em seus vários aspectos, mas, sobretudo, destacando-se o surpreendente êxito das mesmas (ata de 06/07/1975);

e) Proposta de um fotógrafo, Sr. Manoel Marçal de Araújo, após ter ouvido pelo rádio pedido de colaboração para construção do hospital. Dizendo acreditar na possibilidade de venda de seus trabalhos (sessenta pôsteres) com ajuda do hospital, sugeria que os resultados das vendas fossem repartidos: de cada pôster vendido por Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 50 (cinquenta cruzeiros) ficariam para o hospital, o que representaria um total de Cr\$ 3.000 (três mil cruzeiros) ao final da venda dos sessenta pôsteres. A proposta não foi aceita, mas vale registrar o trecho final da carta enviada pelo proponente (ata de 19/10/1975):

Como sou impossibilitado de me locomover em face de um acidente ocorrido há 10 anos passados, peço-lhes uma resposta imediata, favorável, para que possamos manter acertos definitivos, o mais depressa, afim de que seja, com essa pequena colaboração, concretizado logo o sonho dessa Diretoria que há muito vem lutando para a finalização das obras.

f) Informação de que Alfredo Henrique Trigueiro (Presidente) participou de reunião com o Prefeito de Manaus para tratar do hospital, tendo este declarado seu propósito de criar uma Secretária de Saúde e, por seu intermédio, mediante convênio com a FEA, construir o citado hospital, a expensas do município, entregando, porém, sua direção a esta instituição. Por sugestão do próprio Prefeito, seria feita uma minuta de convênio, a ser submetida à Assembleia Geral da FEA, após o que seria elaborado um documento final a ser levado ao Prefeito (ata de 02/11/1975);

g) Informação de que a direção da FEA iria à presença do Prefeito para obter uma decisão sobre a minuta do convênio que lhe foi apresentada e também proposta da Dra. Margarida Valente para um encontro da direção com o coordenador do INPS Regional, para verificar a possibilidade de convênio (ata de 04/04/1976);

h) Recebimento de carta do Centro Pitowsky de Reabilitação, tratando sobre a possibilidade de um convênio com o hospital e também informação da Dra. Maria

Augusta, médica responsável pelos atendimentos ambulatoriais do hospital, sobre a visita de dirigentes do FUNRURAL para tratar de um possível convênio (ata de 08/01/1977);

i) Informação sobre a tentativa de convênio entre FEA/FUNRURAL/HOSPITAL, na qual a Dra. Maria Augusta relata que o Dr. Tancredo, diretor da assistência médica do FUNRURAL no Amazonas, encaminhou proposta com parecer favorável à Brasília e estaria aguardando resposta (ata de 30/10/1977);

j) Exposições diversas sobre ideias para prosseguir a construção do hospital: Terezinha de Jesus Corrêa apresenta ideias para campanha através de jornais, rádio e televisão; Vivaldo Chaves informa poder usar sua influência pessoal junto a algumas firmas quando iniciarem as campanhas; Paulo Mendes sugere uma comissão de senhoras que fossem ao Prefeito solicitar ajuda para continuar a construção do hospital; Benedito Gama sugere uma solicitação oficial de uma subvenção; Allan Kardec Corrêa sugere que seja divulgada a campanha “construa uma sala do Hospital Allan Kardec”; René Mendes da Costa fala da realização de convênio com a Universidade do Amazonas para atuação de acadêmicos da área de saúde e também com a Central de Medicamentos (CEME), para distribuição de medicamentos básicos (ata de 15/01/1978);

k) Informação sobre envio de ofício (43/78 de 25/01/78) ao Sr. Secretário de Saúde do Amazonas, solicitando ajuda através de convênio (ata de 05/02/1978);

l) Informação sobre carta da Diretoria de Divisão Convênios assistenciais do FUNRURAL, de 11 de abril de 1978, informando da possibilidade de atender à proposta de convênio formulada por meio do ofício nº. 24/77 (ata de 02/05/78);

m) Registro, pela direção da FEA, de “voto de louvor aos jovens pelo desprendimento, desejo de servir, conforme ensina os postulados espíritas, com que se dedicam nas campanhas de rua em benefício das obras de construção do hospital”, bem como, o registro da criação de um grupo de trabalhos manuais do serviço social do hospital, com o objetivo de angariar recursos para o hospital através dos trabalhos confeccionados pelo grupo e colocado a venda em bazares (ata de 20/08/78).

4.3 Registros de atendimentos ambulatoriais: 1976-79

a) Movimento anual do ambulatório - 1976

Tendo como Presidente da FEA o Sr. Alfredo Henriques Trigueiro e, como responsável pelos serviços ambulatoriais, a Dra. Maria Augusta Medina de Barreto, foram feitos os seguintes atendimentos (Trigueiro, 1976):

Tabela 1. Movimento ambulatorial - 1976

Atendimento médico	1.551 adultos e 1.463 crianças
Atendimento odontológico	774 adultos e 734 crianças
Exames laboratoriais	759
Atendimento de Enfermaria	362

b) Movimento anual do ambulatório – 1977

Tendo como Presidente da FEA o Sr. Alfredo Henriques Trigueiro e como responsável pelos serviços ambulatoriais a Dra. Maria Augusta Medina de Barreto, foram feitos os seguintes atendimentos (Trigueiro, 1977):

Tabela 2. Movimento ambulatorial - 1977

Atendimento médico	1.718 adultos e 1.758 crianças
Atendimento odontológico	1.102 adultos e 632 crianças
Exames laboratoriais	2.351
Atendimento de Enfermaria	Não informado

c) Movimento anual do ambulatório - 1978

No relatório do ano de 1979 (Góes, 1980) consta que foram atendidos no ambulatório: 2162 adultos e 2020 crianças. Não foi encontrado o relatório de atividades de 1978.

d) Movimento anual do ambulatório – 1979

Neste ano o Hospital Allan Kardec já funcionou sob administração da Fundação Allan Kardec, cujo presidente era o Sr. Antônio Alfredo de Souza Pinheiro (Góes, 1980) e os serviços ambulatoriais foram administrados por Antônio Zanetti. Os atendimentos feitos foram os seguintes:

Tabela 3. Movimento ambulatorial - 1979

Atendimento médico	1.269 adultos e 1.217 crianças
Atendimento odontológico	771 adultos e 664 crianças
Exames laboratoriais	1.151(sendo 55 Plano-Test)
Atendimento de Enfermaria	122 adultos; 53 crianças
Atendimento de farmácia	9.000 unidades de remédio

4.4 Iniciativas em serviço social

Criado em 18 de julho de 1978, “para dar melhor atendimento às pessoas beneficiadas pelo ambulatório e outros setores da assistência social”, o Grupo de Trabalhos Manuais do Clube de Mães desenvolveu excelente programa de trabalho que incluía “higiene, saúde, puericultura, nutrição, culinária, educação cívica, educação cultural, bordado, crochê, tricô, corte e costura, distribuição de enxovais para gestantes, pré-natal e toda orientação possível em favor da família carente, especialmente das crianças e das gestantes” (Góes, 1978).

No ano de 1978, funcionava às terças-feiras das 14:00 às 17:00 horas, com palestras públicas abordando temas como moral evangélica, principalmente com referência à criança e o meio ambiente. Por ocasião do Natal, eram distribuídos ranchos de alimentos atendendo a campanha que se fazia há trinta anos sob a coordenação da FEA (Góes, 1978).

Os lanches servidos nas reuniões, bem como a aquisição dos materiais para confecção dos enxovais, eram mantidos pelas orientadoras, que ainda faziam trabalhos manuais em benefício do hospital. Em 1978 consta que foi realizado um desfile de modas durante a realização do Bazar Beneficente, com cobertura jornalística da extinta TV Baré (Góes, 1978).

5 Fatos relevantes de gestão

5.1 Alfredo Henriques Trigueiro (1974 a 1977)

O confrade Alfredo foi dedicado servidor da causa espírita e membro de administrações anteriores da FEA, inclusive da anterior, presidida pelo inesquecível José Cunha Campos. Ciente, portanto, das dificuldades, uma importante decisão que tomou foi a descentralização da construção e administração do hospital, delegando responsabilidades para comissões que passaram a ser diretamente responsáveis pela dinamização dessas atividades, criando assim, o que seria embrião da futura autonomia administrativa do hospital em relação à FEA. Entre os diversos registros de iniciativas relevantes, destacamos as que seguem:

a) Constituição de uma comissão específica para acompanhar o processo de construção do hospital³², proposta esta feita pelo confrade engenheiro Saul R. R. Athayde. (ata do mês de abril de 1974);

b) Discussão sobre questões administrativas do hospital envolvendo pagamento dos médicos, estrutura física, sistematização de processos administrativos internos (ata de 01/12/1974);

c) Informação sobre encaminhamento de relatos sobre as iniciativas assistenciais para a Fundação da Legião Brasileira de Assistência (ata de 14/09/1975);

d) Informação sobre carta-circular nº. 03-003/76 recebida do INPS, apresentando valores básicos para retribuições dos serviços de assistência médica (ata de 02/05/1976);

e) Decisão de formular um projeto administrativo para o hospital, a ser solicitado pelo Presidente Trigueiro, para alguém tratado apenas por Sr. Wilson (ata de 02/05/1976);

f) Decisão, tomada em 30/05/1976, com a participação de Alfredo H. Trigueiro, René M. da Costa, Bernardino da Conceição, Roberto Sérgio Carneiro, Randolpho Bittencourt, Saul Athayde e José Augusto Pinheiro, de construir o pavilhão da ala esquerda do hospital para abrigar, possivelmente, um Pronto Socorro e uma Clínica Cardíaca, a ser providenciada por comissão integrada por Randolpho de Souza Bittencourt, Roberto Sérgio Carneiro, Saul R. R. Athayde, José Augusto Pinheiro e pelo Presidente (ata de 06/06/1976);

g) Confirmação de convênio (encaminhados pelos ofícios 92/76-DAE/UA, 93/76-DAE/UA, 94/76-DAE/UA) com Universidade do Amazonas para servir de campo de estágio para acadêmicos da área da saúde, com os seguintes nomes: Gildo Pereira de Oliveira, Geraldo Augusto Chiapnotto e Jacy dos Santos Pinto (ata de 08/01/1977);

³² Em data anterior, 21 de junho de 1971, há registro de um contrato de prestação de serviço telefônico firmado entre a Camtel (Companhia Amazonense de Telecomunicações) e o Hospital Allan Kardec, já qualificado como entidade hospitalar. Assina como contratante o Sr. José Cunha Campos, presidente da entidade federativa à época. Esse fato denota que nessa época já existia uma infraestrutura e uma atividade administrativa que possibilitasse e justificasse a instalação de um aparelho telefônico.

h) Apresentação de proposta de melhoria no atendimento no ambulatório do hospital, formulada pela Dra. Maria Augusta Medina Barreto, Diretora do Departamento Hospitalar da FEA (ata de 06/03/1977);

i) Comunicação de encaminhamento de estagiários acadêmicos da área da saúde (ofício da Divisão de Assuntos Estudantis da Universidade do Amazonas No. 55/77-DAE/UA, de 04/04/1977) dentro das normas estabelecidas pelo Programa Bolsa Trabalho, bem como comunicação de realização, em 30/04/1977, de reunião feita pela Dra. Maria Augusta com voluntários, estagiários e funcionários do hospital para esclarecer e orientar sobre as finalidades dos trabalhos realizados. Na oportunidade dessa comunicação a Dra. Maria Augusta solicitou à diretoria da FEA que fornecesse aos acadêmicos o respectivo Atesta de Estágio, após cumpridas as horas de trabalho pré-estabelecidas (ata de 01/05/1977);

j) Comunicação sobre circular da Associação dos Hospitais do Estado do Amazonas, tratando de projeto de Lei do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, regulamentando a situação das entidades que requeiram utilidade pública, bem como comunicação de solicitação verbal feita pelo Diretor do Instituto Melo Mattos, para enviar duas crianças semanalmente para exame de laboratório no hospital (ata de 03/07/1977);

k) Comparecimento de Terezinha Corrêa, com formação em assistência social, perante a direção da FEA, no dia 27 de agosto, oferecendo seus préstimos aos assistidos pela entidade nas atividades do hospital (ata de 04/09/1977);

l) Comunicação sobre um expediente do frei Valério Di Carlo, da Comunidade de São Sebastião, endereçado ao hospital, mas infelizmente, sem registro do assunto envolvido (ata de 30/10/1977);

m) Análise da possibilidade de incorporação, nas atividades do hospital, da instituição espírita Lar de Maria, em razão de dificuldades na administração daquela instituição narradas pelo seu diretor financeiro, Sr. Clóvis. Nas discussões ocorridas, a Dra. Maria Augusta aventou a criação de creche para crianças de 2 a 3 anos, filhas de mães pobres que trabalhassem fora de casa, com a responsabilidade da creche de cuidar delas pelo período de 12 (doze) horas durante o dia; o Sr. José Virgílio Góes e o Sr. Milton Cordova citam experiências observadas no sul do país, onde iniciativas semelhantes passam por dificuldades por falta de planejamento adequado. Colocado para deliberação, decidiu-se que, em caso de concordância dos diretores da instituição Lar de Maria, ela seria incorporada ao departamento hospitalar da FEA, sob a direção da Dra. Maria Augusta, para um estudo racional e possível instalação da creche, após o aparelhamento adequado das dependências do hospital (ata de 30/10/1977).

n) Registro de que a “Lar de Maria” foi abrigada no hospital em 23/11/1977, evidenciando a concordância dos diretores em relação à contraproposta apresentada pela FEA (ata de 04/12/1977);

o) Relato de que a “extinta instituição” tinha deixado materiais em uma sala do hospital e que possivelmente seriam doados ao hospital. Não é possível saber se o termo “extinta” se refere ao fato de o “Lar de Maria” ter sido incorporado ao hospital, deixando de existir de forma autônoma, ou se a incorporação não se concretizou e a instituição se desfez depois de um curto período após a proposta (ata de 05/03/1978).

5.2 José Virgílio Góes (1978 a 1981)

O confrade Góes, dedicado servidor da causa espírita que tinha chegado a Manaus recentemente, foi membro da diretoria anterior presidida pelo confrade

Trigueiro, tinha ciência das providências e do andamento das atividades relacionadas com o hospital, tanto as assistenciais quanto as de construção. Em razão das experiências que trazia de sua atuação no Movimento Espírita do centro-sul do país, aprofundou as medidas da gestão anterior e criou as condições para a autonomia efetiva do hospital em relação à FEA. Destacamos abaixo algumas iniciativas relevantes de sua gestão em relação ao hospital:

a) Solicitação de providências, feita pela Dr. Maria Augusta, para registro do ambulatório do hospital (ata de 15/01/1978);

b) Solicitação do Deputado Joel Ferreira de documentos comprobatórios da prestação de contas do hospital, os quais foram encaminhados por meio do ofício 44/78 de 25/01/1978 da FEA (ata de 05/02/1978);

c) Estabelecimento de formas mais adequadas para ministração de orientações doutrinárias e de higiene para os atendidos no ambulatório do hospital: os adultos as receberiam sentados nos bancos do saguão de entrada, e as crianças nas salas de reuniões (ata de 05/03/78);

d) Autorização para funcionamento, nas tardes de quinta-feira, do atendimento odontológico, por iniciativa dos acadêmicos de odontologia, levada até os diretores por René Mendes da Costa. Nessa oportunidade, também foi aprovada proposta feita por Paulo Mendes Fernandes, Diretor Cultural da FEA, para funcionamento nas instalações do hospital de uma reunião com um grupo de militares espíritas e esposas, que seriam associados à FEA, às 20 horas das terças-feiras. A primeira reunião foi marcada para 11/04/78, tendo sido, possivelmente, o marco inicial da implantação, em Manaus, da Cruzada dos Militares Espíritas (ata de 02/04/1978);

e) Relato de proposta de José Andocides do Nascimento para montagem, nos espaços projetados para a lavanderia do hospital, de uma tipografia e serigrafia, mediante um convênio. O parecer do Departamento atesta que não haveria nenhum impedimento legal uma vez que “a federação é proprietária do prédio e poderá ceder ao Sr. José Adoclides de Nascimento uma de suas dependências para que ali se instale uma tipografia e serigrafia” (ata de 02/05/1978);

f) Registro de que o Centro Espírita Humberto de Campos, que estava passando período de obras, teria seu funcionamento nas dependências do hospital, às 20 horas das sextas-feiras (ata de 17/09/78);

g) Criação de nova comissão para dinamizar a construção do hospital integrada por: Saul Athayde - Diretor do Departamento de Construção, Antônio Alfredo de Souza Monteiro - Diretor Administrativo, João Nunes da Silva - Coordenação e Manutenção de Obras, Alan Kardec Correia - Manutenção de Campanhas da FEA, José Augusto Pinheiro - Assessor Administrativo. Sua finalidade era captar recursos financeiros, materiais e humanos necessários para o bom andamento das obras. Para tanto ficou estabelecido que a execução da obra obedeceria à planta já existente, qualquer modificação deveria ter aprovação da diretoria ou Presidente da FEA e qualquer campanha em favor do hospital deveria ser originada ou desenvolvida pelo grupo de trabalho (ata de 01/07/79). Dessa comissão surgiram as providências que dariam origem à Fundação Allan Kardec.

5.3 Advento da Fundação Allan Kardec

Na ata de 16/09/79, o Diretor Administrativo do Hospital, Sr. Antônio Alfredo de Souza Monteiro, fez um relato das atividades da comissão criada em 01/07/79, registrando suas frequentes reuniões e fazendo uma importante análise da situação. Nessa análise, constatava que as obras necessitavam de constante mão-de-obra

para melhor uso dos recursos materiais captados e que não via a possibilidade de equacionamento por parte da FEA. Em razão disso propunha medidas para equacionar a situação, salientando os seguintes pontos:

- a) O hospital em funcionamento iria requerer um grande esforço, a julgar pelo atual crescimento das necessidades administrativas;
- b) A construção de beneficências não é sinônimo de Espiritismo senão houver uma consequência de Espiritismo [regeneração do ser];
- c) O desejo de preservar o hospital tendo na sua diretoria somente elementos espíritas;
- d) A parte construída e não terminada já está se deteriorando, havendo locais que já estavam ruindo.

Após expor o cenário vivido, propôs a criação de uma associação autônoma para dirigir o hospital. Esta associação seria composta por 11 (onze) elementos espíritas, dentre os quais seria eleito o Presidente, e que teria suas ações submetidas à aprovação de um Conselho Diretor. A proposta foi bem aceita pelos presentes, tendo sido marcada uma reunião extraordinária deliberativa para o dia 30/10/1979 às 10 horas, na sede da FEA, para que a proposta pudesse ser votada pelos sócios da deste órgão federativo.

Pelos registros de ata, a reunião foi antecipada para 21 de outubro de 1979, oportunidade em que a proposta foi aprovada. Os nomes escolhidos para integrarem o Conselho Diretor foram: Jaime José Barreto, José Vieira de Amorim, Carlos Alberto de Lacerda Amâncio (eleito também secretário do conselho), Noêmia Peixoto Nascimento, Maria Augusta Medina Barreto, Bernardino da Conceição, Waldeir Maciel Carneiro, Ivaldo Aponiano de Mesquita Ledo, Mário Almeida, Waldir José Moura da Silva, João Nunes da Silva, Allan Kardec Corrêa, José Cesonan de Oliveira Leite, José Liberato Souto Maior, Flávio Florêncio da Silva, Antônio Alfredo de Souza Monteiro, José Alberto da Costa Machado, José Augusto Pinheiro, Aderson Conceição Melo, Alfredo Henrique Trigueiro, José da Cunha Campos (eleito também presidente deste conselho).

Para composição da primeira Diretoria Executiva foram eleitos: Antônio Alfredo de Souza Monteiro (Presidente), José Augusto Pinheiro (Vice-Presidente), Waldeir Maciel Carneiro (Secretário) e José Alberto da Costa Machado (Tesoureiro).

Nascia, assim, em 21/10/1979, a Fundação Allan Kardec.

6 Construção do Hospital Allan Kardec e o apoio da SUFRAMA

Consta no relatório de atividades da Fundação Allan Kardec do ano de 1979 (Góes, 1980), que em meados do ano de 1978 foi feito um contato com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), na pessoa de seu superintendente, Dr. Rui Alberto Costa Lins, com objetivo de sondar a possibilidade de ajuda através do FUNCOMIZ – Fundo Comunitário das Empresas da Zona Franca de Manaus, que tinha caráter social e sem preocupações de retorno financeiro.

Na ocasião foi informado que havia boas possibilidades de obtenção do apoio, mas foi sugerida a transformação da situação legal do hospital para que o mesmo tivesse autonomia jurídica. Esse fato foi levado em consideração quando a FEA criou a instituição que iria gerir as atividades do hospital, em 21/10/1979, tendo sido essa uma das razões que essa instituição nasceria com nome e natureza jurídica de “fundação”.

Com a nova situação jurídica definida, o pedido de apoio à SUFRAMA foi refeito, o qual viria a ser aprovado em uma modalidade na qual os recursos seriam

repassados integralmente para a construtora, cuja relação jurídica se daria diretamente com a SUFRAMA, cabendo à Fundação Allan Kardec apenas o acompanhamento das obras. Estas, abrangendo apenas o pavilhão central e a ala esquerda iniciariam em fevereiro de 1980 e prosseguiriam até a conclusão. Infelizmente, uma série de problemas ocorreu durante a construção, o que impediria de a obra ser dada como completamente pronta.

Mais tarde, percebendo-se nuances jurídicas que trariam dificuldades para seu funcionamento como casa espírita, os dirigentes da novel instituição transformaram sua natureza jurídica para organização religiosa, informando, no Artigo 1º. e Parágrafo Primeiro de seu Estatuto, que a palavra “FUNDAÇÃO” de sua denominação tem finalidade exclusiva de manter o termo com o qual ficou conhecida a instituição, posição essa respaldada pelo Parecer no Processo No. 387/95-3/PGJ, de 24 de fevereiro de 1995, do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Considerações Finais

Os relatos feitos neste trabalho, obtidos apenas das atas e relatórios da diretoria da FEA, evidenciam uma verdadeira saga dos trabalhadores espíritas envolvidos com a construção Hospital Espírita “Allan Kardec” e sua posterior transformação em Fundação Allan Kardec.

Decerto, muito há a pesquisar para ser trazido à tona sobre o tema. Tanto em termos de fatos quanto em termos de análises e inferências, já que este texto dedicou-se apenas a localizar os registros e descrevê-los. Porém, alguns aspectos, à guisa de finalização, podem ser enumerados:

- a) O constante envolvimento da sociedade amazonense com as iniciativas, atividades e destinos da obra;
- b) A manutenção do caráter beneficente de suas atividades, nunca se deixando envolver pelas propostas de caráter mais comerciais;
- c) As tentativas, sempre inexitosas, de transferência da obra para o poder público, o que permitiria ficar definitivamente aos cuidados de espíritas;
- d) O envolvimento dos espíritas, sobretudo jovens espíritas, de pessoas generosas da sociedade, de empresas e de outras instituições jurídicas, em campanhas e doações, num esforço coletivo para suas obras e sua manutenção;
- e) O apoio que nunca negou, mesmo com dificuldades, para outras instituições congêneres, quando lhe buscaram a solidariedade;
- f) A evidência de protagonismo social, pelas inúmeras instituições e personalidades que são envolvidas nas interações dos dirigentes em prol da obra, inclusive, de forma inusitada, de padres renunciando seus compromissos no campo do ecumenismo;
- g) A opção por manter-se como “organização religiosa”, após ter sido “fundação”, e seu compromisso inarredável com os fundamentos espíritas de suas atividades, bem como, sua condição de essencialmente “casa espírita”.

MACHADO (2009, p. 71) denomina o período que se inicia em 1978 como sendo de “Dinamização e interiorização” do Movimento Espírita amazonense. De fato, iniciado à época, ele prossegue, cada vez mais reconhecido e rico em atividades, sem sinais de esgotamento desse ciclo virtuoso.

No bojo das grandes conquistas desse período, certamente, se inserem a odisséia de construção do Hospital Espírita Allan Kardec, sua transformação em Fundação Allan Kardec e a conversão desta em uma das mais dinâmicas e importantes instituições espíritas da Amazônia.

Uma surpreendente trajetória que dificilmente percorreria bons caminhos se não tivesse a inspiração e condução dos benfeitores espirituais, mensageiros do Cristo nas terras amazônicas.

Referências Bibliográficas

COSTA, R. M. (s.d.). *Prestação de contas referente ao hospital (ambulatório) de Janeiro a junho de 1978*.

ESTEVES, S. J. (13 de outubro de 1975). Carta informando subvenção do Ministério da Educação para o exercício de 1976. Brasília, Distrito Federal, Brasil: Senado Federal.

GARCIA, E.. *Modelo de desenvolvimento Zona franca de Manaus: história, conquistas e desafios*. Manaus: SUFRAMA, 2004.

GÓES, E. *Relatório do "Grupo de Trabalhos Manuais" do clube de Mães do Serviço Social do Hospital Allan Kardec*. Manaus: FEA, 1978.

GÓES, J. V. (1 de janeiro de 1979). *Carta de agradecimento à empresa Guaraná Magistral*. Manaus, Amazonas, Brasil: FEA, 1979.

GÓES, J. V. *Relatório da Fundação Allam Jardec - Janeiro de 1979 a Janeiro de 1980*. Manaus: FEA, 1980.

MACHADO, J.A. da C.. *Uma Possível Periodização para a História do Movimento Espírita no Amazonas*, In: Anais do I Simpósio FAK. Manaus, 2009.

MACHADO, L.. *Caravana da Fraternidade*. Nova Iguaçu: Lar de Jesus, 1954

Santos, F. J. *História do Amazonas*. 1 ed., v 3. Série. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 2007.

TRIGUEIRO, A. H. (14 de agosto de 1976). *Carte de agradecimento à Sra. Carmen Henriques*. Manaus, Amazonas, Brasil: FEA, 1976.

TRIGUEIRO, A. H. *Relatório das Atividades Administrativas da Federação Espírita relativa ao período do ano de 1977*. Manaus: FEA, 1977.

TRIQUEIRO, A. H. (27 de janeiro de 1976). *Carta de agradecimento à Brasil Juta*. Manaus, Amazonas, Brasil: FEA, 1976.